

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS CAMPOS CENTRO –IFFLUMINENSE
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR DAS LICENCIATURAS
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS

A DIACRONIA DAS PREPOSIÇÕES *A* E *EM*:

noções estáticas e dinâmicas diante de circunstâncias de lugar

JOSÉ CARLOS ALVES DE AZEREDO JÚNIOR

Campos dos Goytacazes - RJ

2017

A DIACRONIA DAS PREPOSIÇÕES A E EM:

noções estáticas e dinâmicas diante de circunstâncias de lugar

JOSÉ CARLOS ALVES DE AZEREDO JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus* Campos Centro como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Me.Thiago Soares de Oliveira

Campos dos Goytacazes –RJ

2017

Biblioteca Anton Dakitsch
CIP - Catalogação na Publicação

A993d Azeredo Júnior, José Carlos Alves de
 A diacronia das preposições a e em: noções estáticas e dinâmicas diante de
 circunstâncias de lugar / José Carlos Alves de Azeredo Júnior - 2017.
 55 f.

 Orientador: Thiago Soares de Oliveira

 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Instituto Federal de
 Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos Centro,
 Curso de Licenciatura em Letras, Campos dos Goytacazes, RJ, 2017.
 Referências: f. 52 a 55.

 1. Linguística Histórica. 2. Preposição. 3. Mudança Linguística. I. Soares de
 Oliveira, Thiago, orient. II. Título.

A DIACRONIA DAS PREPOSIÇÕES A E EM:
noções estáticas e dinâmicas diante de circunstâncias de lugar

JOSÉ CARLOS ALVES DE AZEREDO JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus* Campos Centro como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

APROVADO EM: 17 / 10 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins
(Doutora em Letras - UERJ)
Membro



Prof^a. Vania Cristina Alexandrino Bernardo
(Doutora em Letras Vernáculas - UFF)
Membro



Prof. Thiago Soares de Oliveira
(Mestre em Cognição e Linguagem - UENF)
Orientador

*Dedico aos meus pais, meus maiores amigos,
conselheiros e incentivadores.*

AGRADECIMENTOS

Esta seção é de suma importância, pois é onde fica clara a dependência que temos de Deus e um dos outros. É mister, por meio dos agradecimentos, assumir que não se faz nada sozinho, baseado nas próprias forças, e que trabalhos como este não são méritos individuais, já que só são possíveis com o incentivo, a orientação e o carinho proveniente dos que nos cercam.

Sem sombra de dúvidas, o primeiro agradecimento deve ser dado a Deus, que é fonte de força, coragem, inspiração e doador generoso e desmedido de calma e serenidade, elementos primordiais para vencer a ansiedade típica de momentos como a elaboração de um trabalho de conclusão de curso. Ainda que não haja no mundo uma única criatura merecedora de sua graça e de suas bênçãos, o Senhor se mostra benevolente e amoroso.

Meus pais, sempre compreensivos, amorosos, pacientes também fazem parte da elaboração deste trabalho, pois, em todos os momentos, em vez de proferirem críticas ou pressionarem, escolheram ofertar palavras encorajadoras e tranquilizadoras.

Devo infinita gratidão ao orientador das palavras deste estudo monográfico, Thiago Soares de Oliveira, por sua paciência com esse estudante indeciso, desorganizado, atarefado, cheio de idas e vindas nas escritas e de prazos não cumpridos. Apesar de tudo isso, Thiago sempre se mostrou preocupado, solícito e disposto a transmitir todos os seus conhecimentos de grande pesquisador que é.

Um agradecimento muito especial se direciona aos colegas de turma, que me incentivaram a todo tempo a concluir o trabalho para que pudéssemos nos formar juntos, mesmo eu fazendo parte dessa turma há apenas um semestre letivo. Esse pouco tempo foi suficiente para conhecer e me apegar a pessoas maravilhosas, solidárias e com grande senso de turma, de trabalho em equipe.

É muito importante estender essas palavras de gratidão aos pesquisadores e às editoras que se ocupam de compilar textos antigos, conservando sua originalidade, para que possam ser utilizados em estudos como este. Sem o trabalho deles, não haveria possibilidade de se organizar uma pesquisa linguística que demanda investigação em registros escritos de um passado distante.

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó

O que quer

O que pode esta língua? (Caetano Veloso)

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a mudança de comportamento das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar, desde o latim até o português moderno. Para tanto, parte-se de pressupostos da Linguística Histórica, que estuda essas mudanças de comportamento na língua, construindo, a princípio, um breve panorama da disciplina, com seus principais autores e correntes teóricas; a fim de se entender a dinâmica variacional das línguas, suas causas e ocorrências, e a resistência na formalização dessas variações, busca-se analisar as visões provenientes de diversos estudiosos da área sobre o assunto; e, no intuito de perseguir as formas e os usos das preposições ao longo da história, são investigados textos literários, gramáticas históricas, filológicas e documentos oficiais. A escolha de tal tema justifica-se pela ausência de estudos que considerem a diacronia das preposições *a* e *em* diante de circunstância de lugar nos contextos linguísticos formais e pela expectativa de que estudos que se propõem a revelar a mutabilidade da língua contribuam para um ensino de língua portuguesa que aperfeiçoe os discursos dos seus estudantes, em vez de formarem uma prática legalista que resulta inibidora das capacidades de cada aluno.

Palavras-Chave: Linguística Histórica; Preposição; Mudança linguística.

SUMÁRIO

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS.....	10
1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUÍSTICA HISTÓRICA E MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	14
1.1 Traçando uma trajetória sucinta da Linguística Histórica.....	14
1.2 Percepções acerca da mudança linguística.....	21
2. GRAMÁTICA: O TERRITÓRIO TARDIO DA MUDANÇA.....	25
2.1 A resistência à assimilação da mudança.....	25
2.2 O caso das preposições <i>a</i> e <i>em</i>	28
2.3 A flexibilidade do português arcaico.....	34
3. A ESTABILIDADE DO PORTUGUÊS MODERNO E SEU COMPORTAMENTO NO BRASIL.....	41
3.1 O português moderno.....	41
3.1.2 O caso das preposições <i>a</i> e <i>em</i>	42
3.2 O português em <i>Terra Brasilis</i>	44
3.2.1 O caso das preposições <i>a</i> e <i>em</i>	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Entre as características presentes nas convenções sociais em geral, uma das mais marcantes é a transitoriedade, ou seja, a volatilidade de padrões estabelecidos. Sendo a língua guiada por convenções sociais e estruturada por regras pré-estabelecidas, não foge ela, até mesmo em seu padrão, ao aspecto transitório e à grande influência dos atores sociais e processos históricos que a utilizam ao longo do tempo.

Ainda que muitos considerem que as regras gramaticais, que pretendem guiar o uso da língua, contribuam para uma comunicação mais eficiente e padronizada, como Weinreich et. al., (2016), Cardeira (2006), Mattos e Silva (2008), é importante ressaltar que preterir, em sala de aula, uma abordagem que considera a transitoriedade dessas regras, privilegiando apenas uma perspectiva absoluta e atemporal a respeito da norma, pode torná-la instrumento de opressão sobre as classes que têm menos acesso a ela. Mesmo assim, segundo Ilari (1992, *apud* Silva et. al., 2010), este é o tipo de ensino que tem predominado nas salas de aula brasileiras: “no contexto educacional brasileiro, o ensino de Língua Portuguesa tem sido primordialmente prescritivo, baseado nas regras da gramática normativa, tida como o manual do bem falar” (ILARI, 1992 *apud* SILVA et. al., 2010).

Tal abordagem é incompatível com o que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que afirmam a necessidade de o estudante compreender a arbitrariedade da linguagem, para que fique habilitado a problematizar os modos de “‘ver a si mesmo e ao mundo’, as categorias de pensamento, e as classificações que são assimiladas como dados indiscutíveis” (BRASIL, 2000, p. 5). Além disso, os PCN também afirmam que se deve ensinar língua portuguesa tendo em vista a mobilidade da própria linguagem, evitando-se os apriorismos, já que “o espírito crítico não admite verdades sem uma investigação do processo de sua construção e representatividade” (BRASIL, 2000, p. 7).

Nesse sentido, este trabalho visa, então, contribuir para munir os docentes de estudos reveladores da transitoriedade e da arbitrariedade das regras gramaticais e para incentivá-los a provocar em seus estudantes a consciência de que o desenrolar de determinado fenômeno linguístico através dos tempos revela a verdade de que cada falante é "patrão" e "operário" do seu idioma, tanto nos registros coloquiais,

como é amplamente sabido e estudado, como também no registro padrão, que é o escopo desta pesquisa.

Ademais os motivos ligados às demandas pedagógicas, este trabalho ajuda a suprir a carência de publicações que analisam o emprego das preposições *a* e *em* no âmbito da norma-padrão, considerando o aspecto diacrônico. As pesquisas geralmente contemplam o plano sincrônico e desenrolam-se sobre a esfera da realização da linguagem verbal, tanto a coloquial quanto a que pretende estar sob os domínios cultos, entendidos aqui como padronizadores. Calindro (2015), por exemplo, no artigo *Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro*, estuda a preposição *a* de um ponto de vista sincrônico, fazendo um comparativo entre os usos de *a* e *para* introduzindo complementos verbais no português europeu e brasileiro. Há, também, outros estudos que analisam preposições de um ponto de vista cognitivo, como em *Análise cognitiva da preposição de do português do Brasil*, de Perini-Santos (2011). Outros, ainda, abordam o tema sob o ponto de vista psicopedagógico, como Puglisi *et. al.* (2005), no artigo *Utilização e compreensão de preposições por crianças com distúrbio específico de linguagem*.

Buscando explicitar a realidade da evolução dos padrões linguísticos, este trabalho monográfico, inserido na área dos Estudos Linguísticos e Educação, investigará o comportamento das preposições *a* e *em* quando relacionadas a circunstâncias de lugar, ao longo do tempo, desde o latim; traçará uma linha evolutiva desses usos, do latim ao português contemporâneo; e discutirá o processo diacrônico de mudança linguística, tendo em vista que, compreendendo tais dinâmicas por meio de estudos diacrônicos, propiciam-se abordagens mais democráticas da língua em sala de aula. Primeiramente, antes de adentrar nessas análises, será traçado um breve panorama da Linguística Histórica, disciplina cujas bases teóricas amparam este trabalho, bem como serão tecidas sucintas considerações acerca da mudança linguística e de como o sistema da língua resiste em admiti-la.

Metodologicamente, a modalidade de pesquisa qualitativa definida é a bibliográfica, feita em gramáticas antigas, históricas, latinas, filológicas, modernas, textos literários, documentos e em demais publicações de autores da Linguística Histórica. Foram selecionados, dentro dessas áreas, os nomes mais significativos

para os cientistas dessa vertente de pesquisa, como Manuel Said Ali (1931), Evanildo Bechara (2009), Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008/2010), Winfred P. Lehmann (1992), Barbara Weedwood (2002), Carlos Faraco (2005), Celso Cunha e Lindley Cintra (2013), Paul Teyssier (1982), Carlos Henrique da Rocha Lima (2011), entre outros.

A investigação em gramáticas antigas e latinas tem o intuito de verificar as regras de emprego das preposições estudadas em determinada época. Já a pesquisa em gramáticas históricas e obras filológicas pretende levantar dados sobre o que os teóricos já registraram de transformações no emprego das preposições *a* e *em*, além do objetivo de localizar exemplos. O olhar sobre gramáticas modernas, por sua vez, pretende completar o levantamento desses dados, além de propiciar a comparação entre tendências contemporâneas e as de outras épocas. Os teóricos da Linguística Histórica foram utilizados para tecer reflexões acerca da disciplina, bem como das variações linguísticas que, pela insistência da regularidade de uso, resultam em verdadeiras mudanças, passando ao registro nos compêndios normativos. De mais a mais, serviram tais autores para o entendimento de como se dão investigações científicas de natureza histórica. A busca de elementos em textos literários e documentos foi realizada para se analisar o uso das preposições *a* e *em* relacionadas a circunstâncias de lugar. Nesse sentido, foram escolhidos o *Auto da Barca do Inferno*, *Os Lusíadas*, alguns documentos oficiais do estado de São Paulo, trechos do livro *Diálogos de São Gregório*, e o jogral *Pedr'Amigo de Sevilha*, esses dois últimos contidos em Mattos e Silva (2006), pois dão conta de transmitir o registro formal de suas épocas e, ademais, são os tipos de texto utilizados pelos autores da Linguística Histórica para fins análogos ao dessa pesquisa, como se pode observar em Mattos e Silva (2006), Said Ali (1931), Bechara (2009), Cart *et. al* (1986), entre outros. A essas duas causas, pode-se acrescentar o fato de os textos se encontrarem em linguagem original, o que garante a utilidade dos dados obtidos.

Para instrumentar a pesquisa acima descrita, seguiu-se o modelo proposto por Antonio Joaquim Severino no livro intitulado *Metodologia do Trabalho Científico* (2002). O autor parte do princípio de que a sistematização das leituras é fundamental para a pesquisa bibliográfica, pois permite a captação das ideias e significados mais profundos do material a ser analisado. Sendo assim, a pesquisa constitui-se dos seguintes passos: plano provisório de trabalho, que foi feito antes do

contato com a bibliografia, e reuniu as ideias principais do que se pretende pesquisar a fim de estabelecer um contato focado com o material de estudo; leitura, que, em um primeiro momento, foi geral e visou fazer uma triagem de todo o material selecionado e, posteriormente, deu-se de forma mais aprofundada; a documentação, que consistiu o ato de transcrever ao pé da letra os dados bibliográficos que o pesquisador considerou importantes para o trabalho, já acompanhado das referências, em forma de fichamento; a construção lógica do trabalho, fase de pré-escrita, em que se estruturaram os capítulos e os assuntos de cada um deles, a sequência de ideias, as palavras introdutórias e as considerações finais; e, por último, a redação do texto, em que o material fichado foi confrontado, respeitando a lógica estabelecida na etapa anterior, o caráter técnico e, portanto, sóbrio de um trabalho científico, bem como o compromisso de não ser tão sucinto ao ponto de tornar-se "raso" e de não ser "fecundo" ao ponto de realizar uma escrita "gordurosa".

Quanto à estruturação do trabalho, o Capítulo 1 traça uma breve trajetória da Linguística Histórica, com suas diferentes correntes teóricas, e como cada uma delas vê a dinâmica da língua. Além disso, é feita também uma reflexão sucinta acerca da mudança linguística, suas causas, impactos e formas de ocorrência. Já o Capítulo 2 trata da resistência exercida pela norma-padrão no que diz respeito à assimilação das mudanças linguísticas. Após essa discussão, a seção já adentra na questão específica do trabalho, explicando um pouco sobre as preposições *a* e *em*, seus usos no latim e suas modificações fonéticas e morfológicas. O capítulo também discute como os usos dessas preposições eram flexíveis no português arcaico. O Capítulo 3, por sua vez, trata do emprego de *a* e *em* no português moderno tanto no registro europeu quanto no registro brasileiro, encerrando a pesquisa no final do século XIX. A norma atual entra nas discussões no decorrer dos capítulos, sendo cotejada com os usos das determinadas épocas. Pretende-se, ao fim deste estudo monográfico, provar a mutabilidade desses empregos a fim de que os resultados possam servir de base para um ensino menos absoluto da norma-padrão em sala de aula, em face de mudanças temporais nela constatáveis pela Linguística Histórica, assim como possam fomentar a abordagem de outros registros da língua, considerando que delas pode resultar um processo de mudança linguística.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

1.1 Traçando uma trajetória sucinta da Linguística Histórica¹

Pesquisar sobre mudanças linguísticas, conhecê-las, investigar suas causas e observar o desenvolvimento de uma língua através dos tempos são trabalhos que se enquadram no panorama da Linguística Histórica, disciplina responsável por diversos estudos na área de Letras. Para o linguista americano Winfred P. Lehmann, em seu livro *Historical Linguistics: an Introduction* (1992), os estudos dessa disciplina científica são necessários e pertinentes porque as variações da língua nem sempre são óbvias e, por conta disso, demandam complexas investigações estatístico-quantitativas² para que se identifiquem as relações entre fatores não linguísticos e aspectos de variação linguística, tanto fonológicos como morfológicos, lexicais e sintáticos.

Partindo de um breve resumo acerca do desenvolvimento da Linguística Histórica, disciplina na qual se ampara este trabalho, elencando seus principais estudiosos e correntes teóricas, serão sucintamente discutidas as causas e os contextos das variações linguísticas, bem como os pontos de vista sobre elas, já que que os fenômenos linguísticos são múltiplos, sendo importante estudar o seu desenrolar ao longo do tempo a fim de se obterem dados acerca das mudanças ocorridas e de compreender como elas influenciam a língua contemporânea. Não se pretende, no entanto, enfrentar o problema da definição de tal ciência, mas utilizar a abordagem da lingüística histórica como "um campo de reflexão onde têm se articulado diferentes concepções de língua, e diferentes concepções de história" (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 13).

Em sua obra *Caminhos da Linguística histórica: ouvir o inaudível*, a linguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) afirma que os linguistas históricos,

¹ A intenção deste tópico é apenas tecer breves considerações sobre as abordagens possíveis da Linguística Histórica. Dessa forma, os assuntos não são aprofundados, já que a expectativa é apenas traçar um panorama histórico da disciplina. Para maiores informações sobre as abordagens, recomenda-se: Paixão de Souza (2006), Lehman (1992), Faraco (2005).

² Apesar de Lehmann (1992) referir-se às investigações estatístico-quantitativas, o estudo aqui delimitado não se vale dessa abordagem, já que a pretensão precípua recai sobre a necessidade de identificar os aspectos da variação e as relações entre fatores não linguísticos, mas de ordem histórica.

tradicionalmente, interpretam mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais através dos tempos e em determinado espaço geográfico. Paixão de Sousa (2006) acrescenta que é fato que a reflexão humana sobre os aspectos linguísticos nasce antes da própria Linguística e que essa ciência é um resultado formal e sistematizado da preocupação com as análises desses pontos. Em complementação, a linguista neozelandesa Barbara Weedwood, por sua vez, cita e explica diversos exemplos de estudos da linguagem muito anteriores ao surgimento da Linguística em seu livro *História Concisa da Linguística* (2002). Um dos exemplos que a autora menciona é o da Índia Antiga, lugar onde os estudiosos investigavam a fonética articulatória a fim de manter a pronúncia correta de seus textos religiosos há mais de 2.500 anos. No século V a.C., por exemplo, Panini publica a gramática analítica do sânscrito, a língua sagrada dos hindus. Outro exemplo diz respeito à Grécia Clássica, onde estudiosos como Platão e os filósofos pré-socráticos, também por volta de V a.C., acreditavam que o código linguístico era a representação da realidade e, por isso, o investigavam a fim de se entender o real. Além disso, pesquisavam questões vocabulares a fim de organizarem discursos baseados em um sistema lógico perfeito. A autora cita, ainda, os estudos da linguagem como os de Varrão, entre os séculos II e I a.C., que serviram à formação retórica romana, e à elaboração das gramáticas latinas; a preservação de textos históricos do judaísmo, no século I; a arquitetura discipuladora do cristianismo e do islamismo, também a partir dos primeiros séculos depois de Cristo, entre outros olhares sobre questões linguísticas, como os cuidados filológicos dos alexandrinos, como Dionísio Trácio, no século II, as discussões filosóficas da Idade Média, e as buscas renascentistas sobre a gênese das línguas, projetos que ocorrem muito antes do surgimento da disciplina científica com os seus métodos, conceitos, pressupostos e empirismo.

A origem da investigação de fenômenos linguísticos em um caráter mais científico remonta ao final do século XVIII, pois, antes disso, as análises abordavam a língua como uma realidade estável, atemporal, pouco sistematizada e organizada segundo princípios da lógica (assumidos como necessariamente universais e não históricos). Somente no fim do século XVIII e início do século XIX, a abordagem da língua passa a focá-la como uma realidade em transformação, entendendo a ciência da linguagem como histórica. Segundo Faraco (2005), há dois ciclos importantes dentro desses aproximados 200 anos de história: o primeiro inicia-se em 1786, com

os estudos europeus sistematizados e comparados sobre o sânscrito, língua clássica dos hindus, realizados pelo inglês William Jones, que era juiz em Calcutá. Ele apresentou uma comunicação à Sociedade Asiática de Bengala, destacando as inúmeras semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego.

Esse primeiro ciclo encerra-se em 1878, quando é publicado o manifesto dos neogramáticos. No período de 1786 até 1878, consolida-se o chamado método comparativo³, que, de acordo com Weedwood (2002), foi o principal responsável pelo avanço dos estudos linguísticos. Essa ferramenta, segundo a autora, contribuiu para a formação de um conjunto de princípios sistematizados de comparação entre as línguas, em seus sistemas fonéticos, estrutura gramatical e vocabulário, para demonstrar que elas compartilham de uma mesma gênese, pois, da mesma forma que as línguas românicas são provenientes do latim, também o latim, o grego e o sânscrito, e as línguas célticas, germânicas e eslavas e várias outras línguas teriam se originado de alguma língua mais antiga, à qual é costume aplicar o nome de *indo-europeu* ou *proto-indo-europeu*.

Na verdade, segundo Weedwood (2002), o fato de as línguas românicas descenderem do latim (vulgar) e, assim, constituírem uma "família" já era conhecido há séculos. Mas a existência da família linguística indo-europeia e a natureza de sua relação genealógica foram demonstradas pela primeira vez no século XVIII no estudo realizado por William Jones, a fim de encontrar semelhanças entre elas. No estudo, o autor encontra numerosas semelhanças entre três línguas antigas, e, com base nesses resultados, lança, em 1786, a hipótese de que essas elas poderiam ter jorrado de uma fonte comum. Anos mais tarde, início do século XIX, as análises de Jones, recuperadas e desenvolvidas tanto pelo alemão Jacob Grimm quanto pelo dinamarquês Ramus Rank, fomentaram e possibilitaram a consolidação do método comparativo.

Antes de Grimm, os estudos dessa natureza se preocupavam apenas em estabelecer parentesco entre diferentes línguas, sem distribuir dados em um percurso histórico nem apontar as mutações sofridas por esses elementos ao longo do tempo. Até que, em 1822, o linguista alemão inova em seu livro *Deutsche Grammatik* (Gramática Alemã), explicando as correspondências fonéticas entre línguas como resultado de mutações no tempo. Segundo Weedwood (2002), Grimm

³ Cf. Weedwood (2002) e Faraco (2005).

observou, por exemplo, que, onde o gótico (a mais antiga língua germânica sobrevivente) tinha um *f*, o latim, o grego e o sânscrito frequentemente tinham um *p* (por exemplo: gótico *fotus*, latim *pedis*, grego *podos*, sânscrito *padas*, todas significando *pé*). Segundo a mesma autora, Grimm também chegou à conclusão de que, quando o gótico tinha um *p*, as línguas não germânicas tinham um *b*; quando o gótico tinha um *b*, as línguas não germânicas tinham uma aspirada (latim *f*, grego *ph*, sânscrito *bh*). Para dar conta dessas correspondências, ele propôs uma mudança sonora cíclica ocorrida na pré-história do germânico.

Percebe-se, a partir disso, a importante contribuição dada por Grimm aos estudos de Linguística Histórica, já que ele não só usou o método comparativo para encontrar correspondências entre diferentes línguas, como também distribuiu esses dados através do tempo e verificou as mutações temporais que evidenciavam tais correspondências. Esse primeiro ciclo da Linguística Histórica também é marcado pelos estudos do linguista dinamarquês Rasmus Rask, comparando aspectos das línguas nórdicas; do linguista alemão August Schleicher, que trouxe a compreensão, influenciado pelas correntes Darwinistas, da língua como um organismo vivo, independente e descolado de seus falantes; e da filologia românica.

O segundo ciclo da Linguística Histórica inicia-se em 1878, com o manifesto neogramático, e chega até os dias de hoje. Este período é marcado por uma contínua tensão entre duas grandes linhas interpretativas:

Uma mais imanentista, que — continuadora, de certa forma, do pensamento neogramático e caudatária do estruturalismo e, depois, do gerativismo — vê a mudança como um fato primordialmente interno, isto é, como um acontecimento que se dá no interior da língua e condicionado por fatores da própria língua. A outra, mais integrativa, que — enraizada nos primeiros críticos dos neogramáticos e fundada nos estudos de dialetologia e, depois, de sociolinguística — entende que a mudança deve ser vista como articulada com o contexto social em que se inserem os falantes, isto é, como um evento condicionado por uma conjunção de fatores internos (estruturais) e externos (sociais) (FARACO, 2005, p. 129).

Diante dessas duas grandes vertentes da Linguística Histórica, uma mais imanentista e outra mais integrativa, ressalta-se que este trabalho se enquadra na segunda corrente citada, já que considera que a variação de comportamento das preposições *a* e *em* ao longo do tempo, atreladas a circunstâncias de lugar, não só ocorre por fatores internos da língua, mas também por influências contextuais de seus falantes, como asseveram Weinreich *et. al.* (2006), ao considerarem que, em

um processo de mudança, não há como dissociar os fatores linguísticos dos fatores sociais e que o pesquisador que concentra seus estudos em apenas um desses aspectos estará alheio à riqueza de fenômenos a serem observados na fusão desses dois fatores.

O grupo neogramático⁴ inaugura na Linguística Histórica a abordagem psicológica subjetivista da língua, postulando que esta está intimamente ligada aos seus falantes. Além disso, criticando seus antecessores, vê a necessidade de um maior rigor metodológico nos estudos linguísticos. De acordo com os linguistas ingleses Jeffers e Lehiste (1992), os neogramáticos trabalhavam com um pressuposto básico: a mudança linguística é um fenômeno regular. Esse pensamento era contrário ao pensamento de muitos estudiosos anteriores que aceitavam a noção de que as mudanças eram esporádicas e, por isso, eles estavam dispostos a demonstrar vínculos genéticos na base de semelhanças fonéticas amplamente difundidas pelos léxicos das línguas.

Ainda segundo Jeffers e Lehiste (1992), os neogramáticos se opunham a essas ideias, pois entendiam que elas desconsideravam a ocorrência de regularidades das correspondências fonéticas que eram observadas nas línguas aparentadas, regularidades essas que exigiam uma explicação e, se assim não o fosse, estar-se-ia admitindo que as mudanças linguísticas não eram passíveis de investigação científica rigorosa. A hipótese da regularidade, segundo os neogramáticos, eliminaria ambos os problemas.

Outra corrente da Linguística Histórica, de pensamento oposto ao dos neogramáticos e que causa grande impacto na disciplina é a estruturalista⁵, que surge no início do século XX, encabeçada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure. Segundo Lehmann (1992), Saussure imaginava os fundamentos da linguagem como um sistema abstrato dividido em *langage* (linguagem em geral), *langue* (estrutura abstrata) e *parole* (a língua em uso). Dessa maneira de enxergar a linguagem, o suíço se distanciou da ênfase psicológica dos neogramáticos, já que enxergava a língua dissociada do falante, autônoma.

De acordo com Rodolfo Ilari (2011), no artigo *O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos*, os desdobramentos das ideias saussurianas são heterogêneas, tendo cada uma suas particularidades:

⁴ Conferir: Weedwood (2002), Lehman (1992), Jeffers e Lehiste (1992) e Faraco (2005).

⁵ Conferir: Lehmann (1992) e Faraco (2005).

Compreende-se, nesse contexto, que tenha havido o desenvolvimento de muitas linhas de investigação linguística que puderam ser consideradas saussurianas (estruturais), e, no entanto, foram muito diferentes entre si. Nessas condições, falaremos em linguísticas saussurianas no plural, e reservaremos esse nome a algumas orientações que tiveram amplo reconhecimento, e que aplicam disciplinadamente o ideário saussuriano tal como expusemos: prioridade da análise do sistema, concepção da língua como forma, descarte da substância, preferência pela sincronia (ILARI, 2011, p. 68).

O impacto causado pelo estruturalismo em um primeiro momento é que, a partir dele, a Linguística ficou mais concentrada em estudar estados da língua, ou seja, abordagens sincrônicas, tendo os estudos históricos, diacrônicos, menos espaço dentro da ciência moderna, apesar de esse aspecto ser considerado nas teorias de Saussure, mas não incluso em seus estudos. Contudo, os estudiosos do próprio estruturalismo foram percebendo que os estudos sincrônicos dependem de dados e investigações históricas, ou seja, que um estado da língua, ao contrário do que pensava Saussure, não poderia ser explicado isoladamente. Por isso, a mesma corrente, posteriormente, traz para a Linguística a ideia de que qualquer mudança deve ser sempre analisada sistemicamente, isto é, situando-a em suas relações com outros elementos da língua, seja antes, durante ou depois da mudança.

Concomitante ao grupo dos estruturalistas, há, nos Estados Unidos, o grupo dos gerativistas⁶, cujo principal estudioso é Avram Noam Chomsky. Eles acreditam, de modo geral, que a Linguística deveria ocupar-se do estudo da competência linguística inata dos falantes, em vez de restringir-se ao desempenho da realização da língua, o que era característico dos estudos linguísticos anteriores. Segundo Weedwood (2002), o estudo da realização da linguagem para os gerativistas era inadequado porque só se debruçava sobre uma fração ínfima do potencial linguístico dos falantes, considerando apenas o que aparece nos enunciados prontos e ignorando que o usuário tem competência para ir muito além das limitações de qualquer *corpus*, sendo capaz de criar e reconhecer enunciados inéditos e de identificar erros de desempenho. A descrição das regras que governam a estrutura desta competência é, portanto, o objetivo mais importante.

A partir disso, pode-se observar que os gerativistas imprimem à Linguística uma concepção da língua como inata ao ser humano, colocando como causas de

⁶ Para visões históricas acerca da contribuição do gerativismo para a Linguística Histórica, conferir Weedwood (2002) e Paixão de Souza (2006).

mudanças aspectos subjetivos, psicológicos, o que distancia um pouco o interesse desses estudiosos por aspectos históricos. Além disso, fica claro que eles focam na capacidade cerebral do falante de formar infinitos enunciados.

A ideia de que os falantes influenciam o sistema linguístico e são responsáveis por mudanças, evoluções, usos e desusos é adicionada, a partir dos estudos já descritos, ao panorama da Linguística. Contudo, durante um longo período, esse falante é percebido de maneira individual, descontextualizado de sua realidade social. É somente em 1928 que o linguista francês Antoine Meillet invoca o elemento contextual para os estudos linguísticos, como bem explica Mattos e Silva (2008):

Meillet foi um grande indoeuropeísta, como, aliás, não poderia deixar de ser, já que sua formação vem do séc XIX. Especialista em latim e grego, escreveu, na segunda década do século XX, dois clássicos – *Esquisse d'une histoire de la langue latine* e *Esquisse d'une histoire de la langue grecque*; nesses dois livros, vinculou a história da língua à história da sociedade. É no primeiro que afirma: 'a história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina' (MATTOS E SILVA, 2008, p. 57).

Os estudos de Meillet⁷ trazem para a Linguística Histórica, então, a necessidade de se contextualizar o falante no espaço, tempo, classe, entre outros aspectos que vão influenciar mudanças na linguagem:

En latin, les faits, plus récents, sont en partie plus saisissables, et je me suis efforcé de montrer ici comment les événements historiques et les états successifs de la société ont en quelque mesure déterminé le développement de la langue.
Toutes minces qu'elles sont, les données qu'on possède laissent apercevoir comment le latin s'est détaché de l'indo-européen, sous quelles actions il est devenu une grande langue de civilisation, comment la langue savante a survécu, fournissant à l'Europe occidentale une langue commune, et comment le parler courant s'est brisé en parlars distincts pour aboutir aux grandes langues romanes⁸ (MEILLET, 1931, p. VII).

⁷ Cf. Mattos e Silva (2008).

⁸ Em latim, os fatos mais recentes são, em parte, mais tangíveis, e tentei mostrar aqui como os eventos históricos e os sucessivos estados da sociedade determinaram, em certa medida, o desenvolvimento da língua. Por mais fracos que sejam, os dados que possuímos nos permitem perceber como o latim se separou do indo-europeu, sob que condições se tornou uma grande linguagem da civilização, como a língua erudita sobreviveu fornecendo à Europa Ocidental uma língua comum, e como o falar corrente partiu-se em falas distintas, resultando nas grandes línguas românicas (tradução nossa).

Como se lê, o autor inova, em seu estudo histórico sobre a língua latina, pois leva em consideração os contextos de realização da língua e como eles determinaram sua evolução, em vez de entender essas mudanças de forma isolada. Essas novas considerações iniciadas por Meillet são reforçadas dentro da Linguística Histórica na segunda metade do século XX com as questões levantadas pelos novos campos de estudo da linguagem, como afirma Maia (2012):

Após muitos anos de hegemonia dos estudos sincrônicos, assiste-se, a partir das últimas décadas do século XX, à renovação da Linguística Histórica, em grande parte em virtude das alterações operadas na Linguística Geral acerca do modo de perspectivar a mudança linguística (...). Refiro-me aos estudos de Sociolinguística, de Análise do Discurso e Pragmática, que conduziram, por um lado, à incorporação nas análises diacrônicas da variação linguística e, por outro, à consideração da interação entre a língua e o contexto pragmático (MAIA, 2012, p. 534).

Diante dessa multiplicidade histórica de abordagens do material linguístico, desde os estudos não sistematizados, motivados por intenções retóricas, poéticas e religiosas, até as novíssimas contribuições dos estudos que integram língua e sociedade, bem como língua e intenção discursiva, passando pela preocupação dos filólogos em reconstruir um passado linguístico e estabelecer correspondências entre idiomas; pelo pensamento estruturalista de autonomia do sistema linguístico; pela tônica neogramática do rigor metodológico e da língua intimamente ligada ao seu falante; pela contribuição de Grimm ao situar mudanças linguísticas em períodos históricos; pela inovação gerativista de focar na competência linguística; e pelo pioneirismo de Meillet na consideração de aspectos contextuais em estudos da linguagem, vê-se que a Linguística Histórica é dotada de fartas correntes de pensamento, que podem resultar em inúmeros tipos e explicações sobre o mesmo fenômeno linguístico, explicações essas que nem sempre são harmônicas, como é comum na ciência, mas, é por meio dessas diferentes visões que a disciplina se afasta de posturas dogmáticas e afirma seu caráter científico .

1.2 - Percepções acerca da mudança linguística

Exposta uma breve trajetória da Linguística Histórica, que nasce e se desenvolve tendo em vista a percepção de que a língua muda através dos tempos e marca a relevância do entendimento dos processos variacionais, percebe-se que, na abordagem histórica, foram e ainda são utilizadas diferentes vertentes teóricas,

como a estruturalista, a filológica, a gerativista, entre outras. Nesses aproximados 200 anos de efetiva sistematização da Linguística Histórica, muito se tem observado, estudado e produzido acerca e a partir das variações da língua. Weinreich *et.al.* (2006) observam que a aceitação normativa de uma mudança linguística não é homogênea, ou seja, não ocorre da mesma forma com todas as mudanças, nem é instantânea, pois envolve diversos processos e modelos de variação, bem como longos períodos históricos. Paiva e Duarte (2006) acrescentam que “o princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática pode ser constatado em todos os níveis linguísticos em todas as línguas naturais, o que não exclui, em hipótese alguma, a existência de regras categóricas” (PAIVA e DUARTE, 2006, p. 135).

Dessa forma, entende-se que, embora mudanças históricas sejam fatos na realidade linguística, não ocorrem em um nível tão radical a ponto de tornar a língua incompreensível e incapaz de estabelecer comunicação, principalmente porque essas mudanças se realizam de forma bastante gradativa e lenta, atingindo partes da língua, desde a prosódia e a pragmática até a organização do sistema e as acepções semânticas. Em pensamento análogo, Lehmann (1992) assevera que todas as áreas da estrutura linguística podem sofrer alterações – nos sons (mudança fonológica), nas formas (a mudança morfológica), na ordem relativa dos itens e na sua tipologia (a mudança sintática) e no sentido e significado (mudança léxica ou semântica).

Bechara (2009) sustenta que as diferenças linguísticas podem ser causadas por três aspectos:

- a) No espaço geográfico, constituindo os diferentes dialetos; Essa diversidade no espaço se diz *diatópica* (do grego *diá* ‘através de’, *topos* ‘lugar’), enquanto a relativa uniformidade no espaço se diz *sintópica* (do grego *syn* ‘reunião’).
- b) No nível sociocultural, constituindo os diferentes níveis de língua e estratos ou camadas socioculturais. Essa diferença no estrato sociocultural se diz *diastrática* (do latim *stratum* ‘estrato’, ‘camada’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinestrática* ou *sinstrática*, também conhecida por *dialeto social*.
- c) No estilo ou aspecto expressivo, isto é, em relação a diferentes situações do falar e estilos da língua. Essa diferença se diz *diafásica* (do grego *fásis*, ‘expressão’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinfásica* ou *homogeneidade estilística* (BECHARA, 2009, p. 37).

Concordando com Bechara (2009), mas adicionando outras variáveis como geradoras de novas formas de realização da língua, Rodrigues (2016), além de

considerar os fatores coletivos, tais como o estrato social, o tempo histórico, o espaço geográfico e a situação em que ocorre a fala, ressalta a influência de aspectos individuais do falante, como a idade, o gênero, a escolaridade e o estilo de fala. Os fatores adicionados por Rodrigues (2016) são bem mais específicos dos que os especificados por Bechara (2009), mas Weinreich *et.al.* (2016), refletindo sobre os importantes estudos do alemão Herman Paul, ousam ainda mais na particularização da origem das variações linguísticas, colocando-as no nível do gosto pessoal do falante. Eles apresentam a possibilidade de que os usuários da língua gostam de se conformar aos idioletos⁹ de seus interlocutores e que a adoção de novos traços é seletiva, passa pela escolha do indivíduo em aceitá-los ou não. Embora estejam os autores apenas apresentando tal possibilidade, não emitindo juízo de valor sobre ela, nota-se que essa pressuposição garantiria um novo olhar sobre as forças geradoras de variações na língua, ou seja, embora os aspectos contextuais (estrato social, lugar, situação) e individuais (gênero, idade, escolaridade, estilo) influenciem no modo pessoal de uso da língua, eles só são validados se o falante assim escolher, se estiver disposto a assumir as variações provenientes de seus interlocutores.

Ao considerar, diante do exposto, as diferentes roupagens que a língua assume, influenciada pelo local em que ocorre; pelo nível sociocultural dos usuários; pela ocasião em que está sendo empregada; por aspectos individuais, passando essas influências pelo arbítrio do falante, é fácil compreender a existência do mosaico de heterogeneidades que caracterizam as línguas em geral, inclusive a língua portuguesa. Aliás, na língua escrita, que é o território da linguagem que este trabalho quer investigar, as mudanças também ocorrem, contudo são muito mais lentas e graduais do que na língua falada, pois o material escrito é mais duradouro do que o material sonoro¹⁰. "Inovações comuns na língua falada — já aceitas, muitas vezes, até em situações formais de fala — não são, de imediato, aceitas na escrita, chegando, inclusive, a receber condenação explícita de gramáticos e de outros estudiosos" (FARACO, 2005, p. 26).

⁹ Segundo Weinreich *et. al.* (2016), idioleto é fala particular de cada indivíduo, que o distancia da fala do grupo em que está inserido.

¹⁰ Segundo Faraco (2005), a língua escrita é mais conservadora do que a língua falada, fazendo com que variações comuns na oralidade não sejam aceitas na escrita. Segundo o autor, esse conservadorismo ocorre na escrita, pois, além desta possuir um material mais duradouro que o sonoro, está ligada a contextos mais formais de ocorrência.

A postura de condenar um erro, como discute Faraco (2005), vai de encontro aos tantos estudos, como pretende ser este, que se ocupam em mostrar que a variação dos usos linguísticos é um movimento natural e que a língua que se tem hoje é resultado de infinitas transformações históricas. Essa perspectiva legalista também vai de encontro à compreensão da língua como um arquétipo de seu tempo, de seu povo, de seu contexto e de seu falante. Muito mais afinado a todas essas compreensões seria falar de inadequação contextual; desvio de norma, sendo a variedade padrão apenas uma das múltiplas possibilidades contempladas pela língua, regendo, geralmente, a escrita; opção pelo uso de um registro não bem quisto à situação; enfim: posturas que deem a dimensão da mutabilidade da língua, sua riqueza e seus diversos registros que estão à disposição do seu falante, como preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000)¹¹.

As realidades de uso da língua escrita influem diretamente na sua maior estabilidade em relação à língua oral, que é dinâmica e muito mais sujeita a variações por conta dos seus contextos informais de uso e de seu material sonoro pouco duradouro. Tendo em vista as diversas causas, formas de ocorrências e impactos das mudanças linguísticas, pode-se depreender que este é um objeto de estudo bastante frutífero, como considera Paixão de Sousa (2006) ao afirmar que, conquanto o sistema da língua seja estável, permanente e homogêneo, a mudança ainda é um objeto relevante de reflexão.

¹¹ “O exame de caráter histórico e contextual de determinada manifestação da linguagem pode permitir o entendimento das razões do uso, da valoração, da representatividade, dos interesses sociais colocados em jogo, das escolhas de atribuição de sentidos, ou seja, a consciência do poder constitutivo da linguagem” (BRASIL, 2000, p. 7).

2. GRAMÁTICA: O TERRITÓRIO TARDIO DA MUDANÇA

2.1 A resistência à assimilação da mudança

A mudança linguística é uma realidade. Sua ocorrência é totalmente perceptível tanto para estudiosos da língua quanto para leigos. Estes, embora não sejam cientistas, são usuários praticantes de registros linguísticos e, por isso, são capazes de perceber alterações temporais, regionais e sociais, que incidem sobre a língua. Contudo, essas mudanças, seja na fonologia seja na semântica, e até mesmo na morfologia, têm baixa aceitabilidade pela norma-padrão. Said Ali (1931) cita como exemplo o caso das mudanças fonológica e morfológica da atual preposição *entre*: “em port. ant. [português antigo] havia a preposição *antre* (inter [latim]), usada ainda por vários quinhentistas. Camões e os que aprenderam a sua linguagem restabeleceram a forma *entre*”.

Ora, se Cunha e Cintra (2013) consideram que o português antigo surge no século XIII como um idioma distinto do latim vulgar, e Said Ali (1931) afirma que somente no quinhentismo que a mudança de *antre* para *entre* se consolida por meio da influência de Camões, têm-se aí quase três séculos de permanência da forma *antre*, no português antigo. Se se leva em conta, ainda, a distância temporal entre o *antre*, do português antigo, e sua forma anterior *inter*, do latim, ver-se-á um extenso intervalo de dez séculos, considerando que o latim vulgar, segundo Cunha e Cintra (2013), chega à Península Ibérica no século III d. C. Em última análise, ao percorrer o caminho da preposição *entre*, desde o latim vulgar até o português moderno, nascido no século XVI, consoante Cunha e Cintra (2013), são contabilizados cerca de treze séculos para que a forma atual fosse estabelecida como padrão. Na mesma linha de Said Ali (1931), Basseto (2010) também considera a dificuldade de os contextos formais aceitarem as variações linguísticas. Ele explica, por exemplo, que os estratos populares do latim, desde o início do Império, recorriam ao uso de preposições¹², para, principalmente, resolver o problema da confusão entre desinências homônimas de casos diferentes. Mas, segundo o autor, embora o uso fosse comum, recorrente e duradouro, o sistema literário das declinações sempre dispensou as preposições. Bagno (2007) reforça esse pensamento ao afirmar que,

¹² Segundo Basseto (2010), no latim, as preposições eram, originalmente, advérbios. A língua vulgar que ressignificou seu uso ao colocá-las como conectivos.

para indicar as funções sintáticas dos termos, o latim vulgar foi substituindo o sistema de desinências por artigos e preposições:

O latim clássico era uma língua sintética, isto é, exprimia as funções sintáticas das palavras por meio de desinências, ao passo que já o latim vulgar e as línguas românicas são analíticas, isto é, exprimem as funções sintáticas das palavras mediante a ordem destas no sintagma e pelo uso de elementos como artigos e preposições (BAGNO, 2007, p. 28).

Em seguida, o autor exemplifica essa transição de lógica de uso de preposição da seguinte forma:

LATIM CLÁSSICO	LATIM VULGAR	PORTUGUÊS
liber Petri	libru de Petru	o livro de Pedro

Fonte: Bagno (2007)

Em concordância com Bagno (2007), Fonseca e Moraes (1942) afirmam que “as preposições são menos utilizadas em latim que em português, pois são substituídas pelos casos”(FONSECA e MORAES, 1942, p. 143). Faria (1958) observa, na mesma linha de pensamento, que as preposições conquistaram o *status* de classe gramatical não por força própria, mas pela exigência dos casos que, à medida que se ia ruindo o sistema de declinações¹³, necessitavam das preposições para lhes conferir mais clareza. Concordando com Faria (1958), Wiedemer (2013) afirma que:

Mais especificamente, as preposições, em latim, advindas de advérbios, originalmente dependiam diretamente do verbo e não regiam nenhum caso. No latim, as funções sintáticas eram marcadas pelas desinências casuais, porém, com as modificações fonéticas e morfológicas, elas se tornaram opacas semanticamente. Em virtude desse processo, o número de preposições utilizadas para expressar as flexões casuais aumentou, de maneira a indicar determinadas circunstâncias, tais como: origem, instrumento, etc. (Wiedemer, 2013 , p. 51).

Vale lembrar que essa mudança está restrita às variantes coloquiais do latim; não conseguindo penetrar na norma e portanto, se chegassem às colônias do Império Romano na Europa, predominantemente, as variantes mais formais do

¹³ Segundo Faria (1958), em língua latina, as palavras são formadas por tema+desinência. A vogal que encerra o tema de um substantivo define a declinação a que ele pertence. Cada uma das cinco declinações contém um paradigma de flexão desinencial, para que um nome varie tendo em vista sua função sintática em uma oração. Os adjetivos também são flexionados pelas declinações, mas seguem um sistema diferente dos substantivos. Cf. Faria (1958) e Cart *et. al.* (1982).

língua¹⁴, possivelmente as línguas neolatinas, e o português, sendo uma delas, não teriam herdado tantas preposições como herdaram. A lógica analítica, que resulta no uso de preposições para indicar as funções sintáticas dos termos da oração, só está no português porque o contato se deu com o latim vulgar¹⁵. Por meio desse exemplo, pode-se ver a dificuldade de aceitação da variação linguística pelos contextos padronizadores, haja vista que, embora o uso de preposições como conectivos já ocorresse desde o início do Império Romano, só chegou à aceitação dos domínios formais nas línguas derivadas do latim, as quais tiveram contato com o estrato vulgar da língua de Roma e, portanto, só tinham esse registro como fonte para a sistematização.

As visões de Said Ali (1931), Basseto (2010) e Bagno (2007) convergem no sentido de darem a dimensão da resistência à mudança linguística que possuem os contextos mais formais da língua. No intuito de explicar essa resistência, Mattos e Silva (2008), com base em Jakobson, afirma que isso se trata de um mecanismo do sistema para garantir equilíbrio em seu funcionamento e que, mesmo as poucas mudanças admitidas, também são para sua autorregularão, para garantir a harmonia interna. Cardeira (2006), na mesma linha, acrescenta que o sistema não apenas pode admitir certas mudanças, mas também ser ele o gerador dessas transformações:

Se a língua se organiza como um sistema dinâmico em permanente busca do equilíbrio, as suas estruturas poderão ser, elas próprias, causadoras de mudança: oposições que não se revelem funcionais podem desaparecer, já que um princípio de economia tenderá a eliminar redundâncias, ou novas oposições podem ser criadas no sentido de preencher lacunas que um princípio de clareza necessária à comunicação tenderá a colmatar (CARDEIRA, 2006, p. 14).

A partir dessas visões, pode-se entender que, conquanto as mudanças no sistema da língua sejam muito morosas, já que ele é sobremaneira estável e homogêneo, elas ocorrem, seja por meio de fatores extralinguísticos nos quais uma variação é tão cristalizada que sua não admissão pode comprometer a capacidade do sistema de comunicar, seja por transformações motivadas pelo próprio sistema,

¹⁴ Segundo Nunes (1969), o latim clássico também estava presente nos novos territórios conquistados, mas era restrito aos núcleos urbanos como forma de os novos cidadãos romanos acessarem os direitos outorgados pelo Império.

¹⁵ Sobre a formação do português, consultar Castro (1991), Cunha e Cintra (2013), Said Ali (1931) e Mattos e Silva (2006).

no intuito de descartar formas desnecessárias ou garantir a eficiência de seus mecanismos internos garantidores de clareza e comunicação.

2.2 - O caso das preposições *a* e *em*

Por meio de alguns exemplos e discussões, pode-se analisar brevemente como os contextos mais formais da língua são resistentes à mudança e como as variações levam tempo para passarem a fazer parte do padrão da língua. Compreendidas essas questões, adentrar-se-á nas modificações morfológicas sofridas por ambas as preposições e na análise do seu comportamento atreladas a circunstâncias de lugar em latim fazendo um comparativo com a norma atual.

No que diz respeito às mudanças morfológicas, de acordo com Said Ali (1931), as preposições *a* e *em* pertencem ao grupo de conectivos que vieram alterados do latim vulgar para o português arcaico: “passaram ao português: 1) sem modificação de forma, *ante*, *contra*, *de*, *per*; 2) alteradas, *ad* > *a*; *post* > *pos*; *cum* > *com*; *inter* > *antre*, *entre*; *sine* > *sem*; *trans* > *tras*; *pro* > *por*; *secundum* > *segundo*; *in* > *en*, *em*; *sub* > *sob*, *so*” (SAID ALI, 1931, p. 233-234).

Visto isso, é perceptível que a preposição *ad*, do latim vulgar, sofre, no decorrer do tempo, apócope¹⁶ do *d*, isto é, perde o seu *d* final, assumindo a forma *a*, desde o português arcaico. Basseto (2010), indo mais a fundo, explica que essas preposições chegaram ao português e às demais línguas românicas porque elas eram estruturas estáveis dentro da língua latina e essa estabilidade se deve ao fato de, em um primeiro momento, esses conectivos (e alguns outros) terem valor adverbial:

Originariamente, as preposições eram antigos os indeclináveis, designativos primeiramente de lugar e, depois, de tempo. Em grande parte, eram formas declinadas e petrificadas, mas autônomas e relacionadas tanto com os nomes como com os verbos. Por sua estreita ligação fonética e semântica com as outras classes de palavras, perderam a autonomia (BASSETO, 2010, p. 325).

Com base na observação de Basseto (2010), é possível supor que o aumento do contato da preposição *ad* com outras palavras após a evolução já iniciada no latim vulgar para a lógica analítica da língua, em que esses conectivos são utilizados

¹⁶ “A **apócope** é a supressão de um segmento sonoro no **fim** da palavra” (BAGNO, 2007, p. 9).

(tal como os artigos) para determinar as funções sintáticas dos termos da oração, no lugar das declinações¹⁷, possa ter motivado a apócope *ad* > *a* para fins de simplificação fonética, visando à acomodação nesse novo sistema de estruturação sintagmática. A respeito do uso da preposição *ad* no latim em relação a circunstâncias de lugar, Said Ali (1931) afirma que era empregada para designar direção e movimento para algum ponto. Contudo, segundo o autor, é possível verificar, concomitantemente, usos indicando posições estáticas. Portanto, desde o latim, o cruzamento das ideias estáticas e de movimento contidas no conectivo é observável:

Serve a preposição, além disso, para exprimir noções decorrentes do conceito primitivo. Com o sentido de lugar onde, isto é, denotando, não a direção em que se encaminha o movimento, e sim o ponto terminal, já se usava “ad” no latim vulgar e ocorrem, até, alguns exemplos deste gênero em Varro e Tito Livio (SAID ALI, 1931, p. 243).

Em concordância com Said Ali (1931), Cart *et. al.* (1982) acrescentam que a preposição *a* era empregada tanto com o caso¹⁸ acusativo quanto com o caso ablativo, relacionada a circunstâncias de lugar. Declinavam-se no caso acusativo os adjuntos adverbiais de lugar que exprimiam ideias de movimento e, no ablativo, os de noções estáticas. Em expressões que indicam movimento, atreladas ao acusativo, podem-se observar os seguintes exemplos:

Orat te pater ut ad se venias - Teu pai te suplica que vás para¹⁹ junto dele (Cart *et. al.*, 1982, p. 33)

A Caesare invidor ut ad se veniam - Sou convidado por César para vir para junto dele (Cart *et. al.*, 1982, p. 33).

Nas expressões estáticas, atreladas ao ablativo, enquanto Said Ali (1931) dá a entender um uso aleatório e arbitrário da preposição *a*, dizendo somente que é possível a ocorrência, mas sem especificá-la, Cart *et. al.* (1982) restringem o emprego às expressões que indicam proximidade, como a seguir:

¹⁷ Cf. Bagno (2007).

¹⁸ Para maiores informações sobre os casos latinos, conferir Cart *et. al.* (1982) e Faria (1958).

¹⁹ Segundo Basseto (2010), *para* é resultado da aglutinação das preposições *per+a* (*ad* já tendo sofrido a apócope). Sua transformação ocorreu da seguinte forma: *per+a* > *pera* > *para*.

Eo ad patrem, ad rivum - Vou à casa de meu pai, ao rio (junto de) (Cart *et. al.*, 1982, p. 110).

Dicere ad iudicem – Falar diante do juiz (Cart *et. al.*, 1982, p. 110)

Já sobre a preposição *in* não há, na bibliografia pesquisada, um metaplasmo que dê conta de basear a transformação *in > en > em*. Contudo, Bagno (2007) expõe um processo cognitivo bastante conhecido dentro da Linguística Histórica, denominado Analogia²⁰:

A analogia é um processo cognitivo por meio do qual os falantes da língua tendem ao regularizar formas irregulares e menos gerais com base em outras formas, mais regulares e de emprego mais freqüente. No estudo diacrônico de qualquer língua, é possível observar a analogia em ação, na medida em que formas outrora irregulares passaram a se enquadrar em paradigmas regulares (BAGNO, 2007, p. 38).

O autor desenvolve esse conceito com base em exemplos, como a transformação *sic > sim*, em que a nasalização teria ocorrido por conta do som nasal de seu par antônimo *não*, um movimento do sistema linguístico para estabelecer uma regularidade entre as formas. Levando em conta o conceito e o exemplo de Bagno (2007) e juntando-os ao registro feito por Basseto (2010) de que *in* tinha/tem como antônimo a palavra *ex*²¹, pode-se pressupor que é possível que a transformação *in > en > em* possa ter ocorrido por analogia ao seu antônimo *ex*, grafado com *e*.²²

Sobre seu uso diante de circunstâncias de lugar, Said Ali (1931) explica que, no latim, era empregada, com o acusativo, em expressões com verbos como *converter* e *transformar*, que significam movimentos encaminhados em determinado sentido. Cart *et. al.* (1982) ampliam a explicação sobre o uso com o acusativo ao afirmarem que o emprego de *em* ocorria com esse caso em qualquer expressão que indicasse movimento, inclusive no lugar de *a* e *para*. Além disso, acrescentam o uso

²⁰ Cf. Basseto (2010) e Weedwood (2002).

²¹ A palavra *ex* é atualmente prefixo no português, contudo, em língua latina, tinha valor preposicional. O uso frequente diante das palavras fez com que *ex*, tal como outros conectivos, se incorporasse a elas. Cf. Basseto (2010).

²² As causas pelas quais a transformação tenha ocorrido no *in* e não no *ex* não são descritas na bibliografia pesquisada, e investigá-las desviaria o objetivo do trabalho.

da preposição associado ao ablativo, dessa vez para indicar lugares estáticos. Exemplos desses usos, a seguir:

Venit in hortum – Veio ao jardim (Cart et. al., 1982, p. 110).

Ambulat in horto – Ele passeia no jardim (Cart et. al., 1982, p. 110).

Faria (1958), da mesma forma que Cart. et. al. (1982), registra os usos de *a* e *em* tanto para ideias dinâmicas quanto para noções estáticas, nos mesmos moldes explicitados por Cart et. al. (1982). Já Fonseca e Morais (1942), ao contrário de Cart et. al. (1982) e de Faria (1958), não registram o uso de *a* para noções estáticas no latim. Todavia, citam o uso de *em* para noções de movimento, junto a palavras declinadas no caso acusativo. Entende-se, a partir da visão de todos esses autores, a perfeita abertura que a lógica gramatical do latim vulgar, base da lógica gramatical do português, propicia para que o falante utilize a preposição *em* em quaisquer contextos que denotem movimento, pois é notório o entrecruzamento dos usos de *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar, estando ambas, no latim, presentes em expressões com ideias estáticas e de movimento. Contudo, embora haja lógica, a norma atual não permite determinados usos historicamente comuns, como se observa em Bechara (2009):

O sistema preposicional do português, do ponto de vista semântico, está dividido em dois campos centrais: um que se caracteriza pelo traço “dinamicidade” (física ou figurada) e outro em que os traços de noções “estáticas” e “dinâmicas” são indiferentemente marcados ambos, tanto em referência ao espaço quanto ao tempo. Ao primeiro campo pertencem: *a*, *contra*, *até*, *para*, *por*, *de* e *desde*; ao segundo: *ante*, *trás*, *sob*, *sobre*, *com*, *sem*, *em* e *entre* (BECHARA, 2009, p. 298-299).

O autor entende a preposição *a* designando apenas dinamicidade e a preposição *em* admitindo ambas as noções. Mais à frente, no que tange à ideia de movimento, restringe o uso de *em* aos seguintes contextos:

Lugar para onde se dirige um movimento, sucessão, em sentido próprio ou figurado: Saltar em terra. Entrar em casa. De grão em grão. Observação: a língua padrão não agasalha este emprego com os verbos *vir*, *chegar*, preferindo a preposição *a*: Ir à cidade; chegar ao colégio. (BECHARA, 2009, p. 316).

O autor só atribui à preposição *em* e às demais de seu grupo o uso para noções de *lugar onde*, salvo o caso exposto acima. Já a utilização de *a* para ideias que outros autores, como Cart *et. al.* (1982), Faria (1958) e Said Ali (1931), consideram estáticas é até citada por Bechara (2009), mas ele depreende desse caso ideia de movimento, como no exemplo:

“Vejo-a a assomar à porta da alcova...”

(BECHARA, 2009, p. 316)

Bechara (2009), ao contrário de Cart *et. al.* (1982) e Faria (1958), que consideram noção estática em usos análogos no latim vulgar (por exemplo: *ad rivum* – ao rio, junto do rio) escolhe sugerir uma percepção de movimento, utilizando a palavra *aproximação* quando explica o sentido da preposição nesse caso. Em síntese, no que toca ao emprego diante de circunstância de lugar, Bechara (2009) restringe o conectivo *a* apenas a noções de movimento. Sobre *em*, generaliza seu uso para percepções estáticas, admitindo a preposição na ideia de dinâmica apenas no caso de *lugar para onde se dirige um movimento*.

Cunha e Cintra (2013) concordam com Bechara nos empregos de ambas as preposições, contudo divergem na denominação de um deles: o que Bechara (2009) denomina *aproximação/contiguidade* para o emprego de *a* em casos como o do exemplo acima, Cunha e Cintra (2013) chamam de *situação*. É importante perceber que, ainda que Cunha e Cintra mudem a percepção de aproximação/contiguidade para situação, eles, em nenhum momento, assim como Bechara (2009), mencionam acerca de *noção estática* ou *lugar onde*. Já Rocha Lima (2011) prevê ambas as noções em sua gramática, promovendo uma diferenciação entre elas: quando o autor aborda o caso da aproximação é como se tratasse de uma posição à qual realmente alguém segue em direção, de fato se aproxima, citando exemplos como “a igreja estava fechada e o sacristão à porta com as chaves na mão / Um curioso em Itália (segundo um autor de crédito conta) estando com sua mulher ao fogo lendo o Ariosto...” (ROCHA LIMA, 2011, p. 437). Quando o autor aborda a questão da *situação*, não designa uma posição com sentido físico, e sim o papel de alguém ou de alguma coisa em um determinado contexto, explicando por meio de exemplos

como “Aquela cinta azul, que o céu estende [À nossa mão esquerda.../Cavaleiros — disse o conde de Seia depois de escutar um instante e aproximando-se da mesa — assentai-vos. **Marechal à cabeceira**. Que ninguém ocupe esse lugar junto a vós. É bom para o vilão.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 438). Além dessa ressalva, o autor concorda com os demais em todos os outros aspectos, inclusive, tecendo uma observação análoga, mais aprofundada, à de Bechara (2009) no que diz respeito ao emprego dessas preposições junto aos verbos de movimento:

O *in* que se combina com acusativo (*in urbem ire*) foi igualmente substituído, na maioria dos casos, por *ad*. Tal transformação, que já estava bastante adiantada no período clássico, tem progredido cada vez mais na língua literária moderna, o que atesta ser o português, assim como o espanhol, um dos idiomas românicos mais seguramente etimológicos no emprego das preposições *em* e *a*. Na sintaxe literária de nossos dias não é comum encontrar-se *em* com verbos de movimentos (*ir na cidade*), a não ser em certas construções como *tornar em si*, *cair no laço*, *saltar em terra*, etc., e ainda na combinação de... *em*: *de casa em casa*, *de porta em porta*, etc. (ROCHA LIMA, 2011, p. 456).

Castilho (2007) difere dos autores citados no arranjo dessas preposições quanto às suas disposições sintáticas, contudo, embora não utilize palavras como *dinamismo* ou *lugar estático* mantém as duas ideias ao colocar a preposição *a* na categoria de conectivos que indicam meta e *em*, no eixo que indica conteúdo, e nas locuções prepositivas verticais de valor estático, como *em cima de*. Em seu artigo *Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ ~ /posterior/*, a classificação se dá da seguinte forma:

Eis aqui uma primeira proposta de arranjo:

A) Preposições do eixo horizontal: /+Origem/: *de, desde* ~ /+Meta/: *até, contra, a, para*. Orientação lateral: *à esquerda de, à direita de*.

B) Preposições do eixo vertical: /+Superior/: *sobre, por cima de, em cima de* ~ /+Inferior/: *sob, embaixo de, por baixo de, debaixo de*.

C) Preposições do eixo transversal: /+Anterior/: *ante, diante de, antes de, em frente de, em face de, defronte de, defronte a, à frente de* ~ /+Posterior/: *atrás (de), por trás de, após, depois (de), em pós de*.

D) Preposições do eixo Continte ~ Conteúdo: /+Dentro/: *em, entre, dentro de, em meio de, em meio a, com* ~ /+Fora/: *fora de, sem*.

E) Preposições do eixo Proximal: *perto de, acerca de, a cabo de, junto de, a par de, em presença de, à beira de*; Distal: *longe de, distante de, na ausência de*.

(Fonte: Castilho 2007)

A partir de todas essas visões, é possível notar que a tendência da norma atual é, no que tange ao emprego diante de circunstâncias de lugar, restringir o uso do *a* junto a noções de movimento, afastando-o de noções estáticas, bem como generalizar o uso do *em* para essas ideias, abrindo exceção somente nos casos que indicam sucessão, alcance. Contudo, observa-se que os usos em latim vulgar divergem dos atuais, como se vê em *Cart. et. al.* (1982) e em Rocha Lima (2011), já que ambas as preposições eram utilizadas em ambas as noções. Tal uso permanece no português arcaico, como será mostrado a seguir.

2.3 - A flexibilidade do português arcaico

De acordo com Cunha e Cintra (2013), entende-se como português arcaico, antigo, entre outras terminologias semelhantes, o período da língua portuguesa compreendido entre os anos o século XIII e a primeira metade do século XVI. Nessa

época, o uso da língua portuguesa era bastante flexível, como explica Mattos e Silva (2006):

Àquela altura da história do português ainda não se explicitara a norma, os padrões do uso prestigiado, estabelecidos pelos gramáticos. O português arcaico escrito, representação do falado, move-se independente dos gramáticos e do ensino do português padrão nas escolas, já que por toda a Idade Média europeia é o latim a língua da escola, para os raros escolarizados (MATTOS E SILVA, 2006, p. 17).

Teyssier (1982) acrescenta que a primeira gramática da língua portuguesa só surge em 1536, já na transição para a fase moderna do português. Todos esses fatores de falta de normatização da língua influem, segundo Castro (1991), na carência de registros daquela época, o que dificulta a investigação do percurso da língua no português arcaico, pois os textos que trazem esses registros são

Uma documentação insuficiente: os textos escritos não permitem conhecer plenamente a língua que se falava, porque a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade nem sempre é fácil de estabelecer, e porque apenas chegaram até nós alguns dos textos em cada período produzidos (CASTRO, 1991, p. 174).

Por conta da ausência de norma gramatical, fala-se aqui apenas em norma-padrão, usos formais, e outras expressões sinônimas, já que, apesar da ausência geral de regras gramaticais, a língua antiga mostra padrões regulares e formais em diversos aspectos. Pela carência de registros da época, a análise dos padrões sintáticos das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar será feita em textos literários, entendendo-os como um espaço mais formal possível à época, a que se tem acesso, como também entendem Castro (1991), Teyssier (1980) e Mattos e Silva (2006), que também os utilizam para seus estudos.

A respeito do emprego das preposições *a* e *em* no português arcaico diante de circunstâncias de lugar, usos análogos aos do latim, atualmente vedados pela gramática, permanecem, como se pode observar nos exemplos a seguir. O primeiro é em um trecho de uma cantiga do jogral *Pedr'Amigo de Sevilha*, século XIII:

*“Quand’eu um dia fui em Compostela
Em romaria, vi ãa pastor
Que, pois fui nado, nunca vi tan bela
(G. e R. 1983:213 e 233)”*
(MATTOS E SILVA, 2006, p. 140).

No exemplo acima, pode-se ver a forma verbal *foi* (verbo *ir*) sendo ligada à sua circunstância de lugar (*Compostela*) pela preposição *em*. Por outro lado, Mattos e Silva expõe em outro fragmento, agora do livro *Diálogos de São Gregório*, século XIV, a preposição *a* sendo empregada para uso análogo:

“Aquesta manceba com sa sogra foi convidada pera ir aa consagraçon da eigreja”
(MATTOS E SILVA, 2006, p.160).

O fragmento acima mostra o verbo *ir* sendo ligado à sua circunstância de lugar (*consagraçon*) pela preposição *a*. Nota-se, então, a permanência da flexibilização nesse emprego, já que tanto *em* quanto *a* poderiam ser usados irrestritamente atrelados a noções dinâmicas.

Mattos e Silva (2006) expõe outro uso da preposição *a* no português arcaico, desta vez para designar lugar onde, o que estaria em desacordo com as regras atuais, também no livro *Diálogos de São Gregório*, século XIV:

Sobiu San Beento a cima do monte.
(MATTOS E SILVA, 2006, p. 165).

Vê-se que, no trecho acima, a forma verbal *subiu* (verbo *subir*) é ligada à sua circunstância de lugar (*cima do monte*) pela preposição *a*. Em outro exemplo, do mesmo texto, observa-se o emprego da preposição *em*, parecido com o primeiro exemplo, que também estaria em desacordo com a norma contemporânea:

E pera saberes que ti digo verdade, afirmando que foi no ceo, as que mederonalódon pera poder falar todos los lenguaes.
(MATTOS E SILVA, 2006, p. 173)

Como já foi exposto por Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)²³, a preposição *em* não é admitida, atualmente, nesses tipos de expressões que denotam movimento ou extensão. No primeiro e quarto exemplos, observa-se que esse uso não era problemático. Nem é problemático, vide o segundo exemplo, o uso da preposição *a*, como é exigido atualmente segundo tais autores. Também é possível visualizar, no terceiro exemplo, a ocorrência de *a* para noção de *lugar onde*.

²³ Ver seção 2.2

Retomando o conceito de analogia exposto por Bagno (2007)²⁴, é possível supor que, ao se ter a ideia dinâmica (sucessão, alcance) contida na preposição *em*, em outras construções, tanto no português arcaico como atualmente, o usuário da língua possa utilizar eventualmente a mesma preposição para as demais ideias de movimento, motivado pela necessidade do sistema da língua de homogeneizar os padrões, evitar redundâncias, como ressaltam Carneira (2006) e Mattos e Silva (2008)²⁵. Talvez, pelas mesmas causas, opte-se coloquialmente na língua atual pela preposição *em* nas construções que exprimem aproximação, quando se deveria usar, segundo apregoa o padrão normativo, a preposição *a* (estar na porta, em vez de estar à porta; estar na mesa, em vez de estar à mesa).

É importante afirmar que tais usos, que são considerados informais atualmente, ocupavam contextos formais no português arcaico e que a lógica utilizada hoje em dia no coloquialismo tem respaldo nos contextos formais da época. Também é importante notar que é esse português com o uso flexível das preposições *a* e *em* para circunstâncias de lugar que chega ao Brasil, no século XVI, podendo ser esse um fator importante para que os falantes locais tenham dificuldade em acompanhar a normatização ocorrida séculos mais tarde. Além disso, com base em todos os exemplos expostos acima, é evidente o fato de que as formas de emprego das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar nos contextos formais nem sempre ocorreram no modelo da norma atual.

Para enriquecer o estudo, pode-se analisar, também, o texto *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, datado de 1518. A obra ainda está inserida no português arcaico, contudo em um período que beira a transição para o português moderno, por conta, segundo Teyssier (1982), da consolidação de Portugal como um reino independente e com fronteiras bem delimitadas, o que possibilitou, por exemplo, o distanciamento entre o galego, falado ao norte da Península Ibérica, e o português, que passou a ser utilizado mais ao sul, restrito aos domínios de Portugal. Segundo o mesmo autor, nos textos de Gil Vicente, produzidos entre 1506 e 1536, essa transição é claramente visualizada, pois neles coexistem formas arcaicas e modernas, bem como vocábulos em mudança morfológica que serão consolidadas mais à frente.

²⁴ Ver seção 2.2

²⁵ Ver seção 2.1

Em *Auto da Barca do Inferno*, datado de 1518, podem-se observar os seguintes empregos da preposição *a*:

“*Vem o Fidalgo e, chegando ao batel infernal, diz:*

25 **FIDALGO** Esta barca onde vai ora,
que assim está apercebida?” (VICENTE, 2015, p. 5)²⁶

Vê-se, acima, o verbo chegar sendo ligado à sua circunstância de lugar (*batel*) pela preposição *a*, como é exigido pela norma gramatical atual. Ao mesmo tempo, estaria em desacordo com a norma atual, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)²⁷, a regência da forma verbal *vai* (*verbo ir*) que não está ligada à sua circunstância de lugar (*onde*), pela preposição *a*. Durante toda a obra, vê-se a mesma construção com o advérbio *onde*, sem a preposição *a*, como pode ser observado neste outro exemplo:

“470 **DIABO** Vamos onde havemos d’ir
FRADE não praza a Deus com a ribeira!”
(VICENTE, 2015, p. 22)

A forma verbal *vamos* (*verbo ir*) está ligada diretamente à sua circunstância de lugar (*onde*), sem o uso da preposição *a*, o que, mais uma vez, estaria em desacordo com as atuais normas gramaticais, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)²⁸. É importante dizer que, na obra, a forma justaposta *aonde*, usada no português contemporâneo para casos como o do exemplo acima, inexistente, bem como qualquer uso da preposição *a* anteposto ao advérbio *onde*.

Sobre a preposição *em*, o *Auto da Barca do Inferno* também traz exemplos de seu emprego, como o seguinte:

“75 **ANJO** Que querês?
FIDALGO Que me digais,

²⁶ Vale lembrar que, embora seja uma edição de 2005, a editora Porto reproduziu o texto original, de 1518, como explicitado na introdução do livro.

²⁷ Ver seção 2.2.

²⁸ Ver seção 2.2

pois parti tão sem aviso,
se a barca do Paraíso
é esta em que navegais”
(VICENTE, 2015, p. 6).

No exemplo acima, a forma verbal *navegais* (verbo *navegar*) está conectada a sua circunstância de lugar (*que*, pronome relativo fazendo referência ao substantivo *barca*) pela preposição *em*. Analisando sob a ótica dos autores da norma gramatical atual²⁹, o emprego de *em* estaria correto, já que a preposição é empregada em uma expressão que indica lugar estático. É importante ressaltar que o uso da preposição *em* com expressões de movimento não aparece ao longo de toda obra, vide os casos dos verbos *ir* e *chegar* que, ou são diretamente ligados à sua circunstância de lugar quando esta é o advérbio *onde*, ou é empregada a preposição *a* para outras ideias de lugar que não o *onde*, como ocorre nos exemplos abaixo:

“FRADE Vamos à barca da Glória!”
(VICENTE, 2015, p. 22).

“À barca, à barca boa gente,
que queremos dar à vela!
Chegar a ela! Chegar a ela!
Muitos e de boa mente!
Oh! que barca tão valente!”
(VICENTE, 2015, p. 9).

No primeiro fragmento, a forma verbal *vamos* (verbo *ir*) está conectada à sua circunstância de lugar (*barca*) pela preposição *a*. No segundo, o verbo *chegar* se conecta a *ela*, circunstância de lugar, também pela preposição *a*. Ambos exemplos exprimem a ideia de *extensão de movimento*.

Ao se comparar as ocorrências em *Auto da Barca do Inferno* com os exemplos do jogral *Pedr’Amigo de Sevilha* e do livro *Diálogos de São Gregório*, é possível estabelecer uma diferenciação nos usos das preposições *a* e *em* nos textos

²⁹ Ver seção 2.2

do século XIV, fase mais medial do português arcaico, e XVI, século onde a língua já se encaminha para o português moderno. Na primeira época, os usos eram bastante flexibilizados e *a* e *em* se alternavam, sem um padrão, tanto em noções estáticas como em noções de movimento diante das circunstâncias de lugar. Já na segunda, o conectivo *em* está restrito a ideias estáticas e *a*, a ideias de movimento, portanto já passam a tender para o modelo da norma atual.

As acepções observadas no português arcaico deixam claro que a mutação da regra sintática nessa área formal da língua é uma realidade, mesmo sendo esse um espaço muito resistente a mudança, como registram Faraco (2005) e Weinreich *et. al.* (2016)³⁰. O próprio fato de tais usos antigos permanecerem pungentes atualmente, ainda que considerados informais, fornece uma dimensão de como os modelos sintáticos são duradouros.

³⁰ Ver seção 1.2.

3. A ESTABILIDADE DO PORTUGUÊS MODERNO E SEU COMPORTAMENTO NO BRASIL

3.1 O português moderno

Ante o exposto sobre o comportamento das preposições *a* e *em* diante de circunstância de lugar no português arcaico, constata-se que os empregos eram flexíveis na época por conta da ausência de normas gramaticais, mas adquiriram maior regularidade, já tendendo às regras atuais, no período de transição para a fase moderna.

De acordo com Cunha e Cintra (2013), a fase moderna inicia na segunda metade do século XVI e se estende até os dias atuais. Castro (1991) atribui essa mudança de estágio principalmente aos desdobramentos linguísticos consequentes da publicação da primeira gramática do português, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, em 1536:

Porque um tratado que toma a língua vulgar enquanto bandeira de uma nacionalidade, que atenta na sua variação cronológica, regional e social, e que avança com uma proposta de adoção de um código escrito uniforme, ostenta assim alguns dos mais típicos sinais do pensamento humanista. (CASTRO, 1991, p. 243).

É a partir dessa gramática que o português começa a ser regido por normas, o que contribui muito para o estabelecimento da língua, já que, agora, ela é firmada como idioma de um país e tem sistematizadas suas diferentes variações e regras de escrita. Na introdução da gramática pioneira, Fernando de Oliveira (1536), seu autor, assevera:

E com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com maior eternidade a memória dele [do príncipe da época]: e nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas q a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos delas louuados e amados porq a semelhança e a causa do amor e mays em as línguas (OLIVEIRA, 1536, cap. quinto)³¹.

No fragmento acima, Oliveira (1536) deixa clara a intenção sistematizadora e padronizadora de sua gramática, cujos objetivos eram fortalecer o português por meio do estudo e ensiná-lo a outros povos, este último muito afinado ao período

³¹ A gramática de Fernando de Oliveira não está paginada, por conta disso a referência foi dada utilizando o capítulo em que se encontra o fragmento citado.

histórico do país, de expansões ultramarinas. Vale lembrar que a Gramática de Oliveira (1536) ainda não prevê regras sintáticas, como as que são estudadas neste trabalho. Segundo o próprio autor na introdução, ela se dedica a elementos de dicção, ortográficos e analógicos.

3.1.2 O caso das preposições *a* e *em*

Além de reconhecer a importância da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* como Castro (1991), Teyssier (1982) também chama atenção para a epopeia *Os Lusíadas*, publicada em 1572 por Luís de Camões. Segundo o linguista, o texto camoniano traz um ar de modernidade ao português e é um marco no completo abandono dos arcaísmos medievais. Com base nisso, *Os Lusíadas* será utilizado para se observar o uso das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar. Observa-se que os usos nesse período seguem a tendência iniciada no fim do português arcaico, como se nota nos exemplos a seguir:

“A neste tempo o
Lucido Planeta,
Que as horas vay do dia distin-
guindo,
Chegava aa desejada, e lenta Meta” [...]
(CAMÕES, 1572, canto segundo)³².

“Noutras [cadeiras que estão] aa cabeceira douro finas,
Está coa bela Deosa o claro Gam”
(CAMÕES, 1572, canto décimo).

No primeiro fragmento, há a forma verbal *chegava* (verbo chegar) sendo ligado à sua circunstância de lugar (*Meta*) pela preposição *a*. Tal expressão contém ideia de movimento, portanto está em uso, consoante o emprego exigido pela norma

³² A obra original *Os Lusíadas* não está paginada, por conta disso a referência foi dada utilizando o canto em que se encontra o fragmento citado. Há versões mais atuais que contêm numeração de página, mas não conservam a linguagem original, não sendo possível então o uso para análises dessa natureza.

atual, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)³³. Já no segundo, a aqui entendida forma verbal implícita *estão* (verbo *estar*) conecta-se à sua circunstância de lugar (*cabeceira*) pela preposição *a*, indicando aproximação, proximidade, situação. Esse uso também está de acordo com a norma atual, como também preveem os autores mencionados. Vale lembrar, mais uma vez, que há uma divergência na classificação desse uso, já que, em casos análogos, no latim, Cart *et. al.* (1982) atribuem uma noção estática a expressões desse tipo, enquanto Bechara (2009) e Rocha Lima (2011) mencionam como aproximação, proximidade; Cunha e Cintra (2013), como situação, no intuito de afastar a preposição *a* de ideias estáticas.

Em relação à preposição *em*, é observado seu emprego nos seguintes exemplos:

Ali em cadeiras ricas cristalinas,
Se assentão, dous e dous, amante e dama;
(CAMÕES, 1572, canto décimo)

[..] Crespas escumas erguem, que no interno
Coração movem súbita alegria [...].
(CAMÕES, 1572, canto décimo)

Em ambos os fragmentos, a preposição *em* é empregada com noções estáticas. No primeiro, conecta a forma verbal *assentão* (verbo *assentar*) à sua circunstância de lugar (cadeiras). No segundo, liga a forma verbal *movem* (verbo *mover*) à sua circunstância (*coração*). O emprego também está de acordo com a norma atual, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)³⁴.

A obra *Os Lusíadas* mostra a consolidação do uso da preposição *em* para noções estáticas e de *a* para ideias de movimento, da mesma forma que já vinha ocorrendo no fim do português arcaico, como foi mostrado por meio de *Auto da Barca do Inferno*. Não há variação, alternância de uso entre elas: seguem, do início ao fim do texto, o mesmo padrão. Recuperando a reflexão de Mattos e Silva (2008),

³³ Ver seção 2.2.

³⁴ Ver seção 2.2.

com base em Jakobson³⁵, vê-se que a tendência homogeneizadora do sistema da língua se confirma no caso das preposições *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar, pois, à medida que o português foi se padronizando, ganhando status de língua nacional e, passando a ser usada em contextos formais, esses conectivos foram se cristalizando cada um em seu grupo, como os divide Bechara (2009). É importante ressaltar que é notável que os usos flexibilizados do latim vulgar, trazidos por Basseto (2010) e Cart. *et al.* (1986)³⁶, e do português arcaico, vistos nos *Diálogos de São Gregório* e nos jograis *Pedr'Amigo de Sevilha* não desapareceram, mas passaram a ser considerados como coloquiais, talvez porque não ajudem, ainda seguindo a linha de pensamento de Mattos e Silva (2006), no equilíbrio e na homogeneidade do sistema.

3.2 O português em *Terra Brasilis*

*“Com o tempo, se foi amaciando,
foi-se tornando romântica,
incorporando os termos nativos
e amolecendo nas folhas de bananeira
as expressões mais sisudas”.*
(Gilberto Mendonça Teles)

Como registra Teles (2017) em seu poema, é bem verdade que a língua de Camões ganha, no Brasil, expressões mais “macias” à medida que entra em contato com as diversas línguas indígenas e africanas com as quais aqui é misturada. Os linguistas Jürgen Heye e Paulino Vandresen (2016), no artigo *Línguas em Contato*, afirmam que as línguas indígenas aqui no Brasil influenciaram bastante o português, principalmente por conta das línguas gerais e da situação de bilinguismo³⁷:

Como a colonização era feita predominantemente por aventureiros, soldados e mesmo presidiários que vinham sem família, a miscigenação com a população indígena levava ao bilinguismo, com dominância das línguas gerais no contexto familiar. (HEYE e VANDRESEN, 2016, p. 385).

³⁵ Ver seção 2.1.

³⁶ Ver seção 2.2.

³⁷ Segundo Bagno (2007), bilinguismo é um contexto social em que um povo usa dois idiomas para comunicação, geralmente o próprio, que é o que sempre foi usado pela comunidade, e o de um povo que o domina, que chega de forma impositiva e tardia. Para o autor, “o bilingüismo, num jogo de compromisso entre hábitos articulatórios da língua materna e a aquisição de uma nova língua, permite que tendências lingüísticas pré-existentes atuem sobre a marcha evolutiva da língua que se adquire”. (Bagno, 2007, p. 44-45)

Além do caso indígena, os autores também ressaltam diversas influências provenientes das línguas africanas e, posteriormente, dos colonos japoneses, alemães e italianos, todas essas contribuindo para que a variante nacional fosse além da língua falada em Portugal.

A língua portuguesa que coloniza as terras brasileiras já está na fase moderna, e por isso é aqui brevemente comentada, haja vista que, ainda que os exploradores portugueses tenham chegado em 1500, ano compreendido no período arcaico, embora já em fase de transição segundo Teyssier (1982), a colonização só ocorre de fato anos mais tarde, em meados do século XVI segundo Mattos e Silva (2016), com a chegada dos jesuítas e com o desenvolvimento dos engenhos de açúcar já no período moderno do idioma, o que traz em seu bojo uma série de diferenças vocabulares, pronominais e no uso de determinantes, mas sendo a área da morfologia e da sintaxe dos verbos o principal território de evoluções.

Segundo Teyssier (1982), entre as principais mudanças do português do Brasil estão as seguintes: perda da segunda pessoa do plural; emprego da mesóclise reservado a alguns registros da língua escrita; diminuição do uso do futuro para exprimir sentido temporal; restrição do pretérito mais-que-perfeito simples (cantara, tivera) à língua escrita, e somente como o seu sentido temporal. O autor também resalta a permanência de características do português europeu, tais como: a permanência do uso do o perfeito, o imperfeito e o futuro do subjuntivo, e das regras de concordância dos tempos verbais.

Pode-se ver, então, que o português moderno conta com diversas mudanças lexicais, morfológicas, sintáticas e fonológicas, e que, no Brasil, é incrementado por mudanças de outra ordem, influenciadas pelas línguas indígenas, africanas e de colonos de outras nacionalidades que chegam ao país durante o século XIX, como registram Heye e Vandresen (2016).

3.2.1 O caso das preposições *a* e *em*

Embora o português do Brasil tenha sofrido diversas influências, como já foi exposto, nota-se que, no caso do emprego das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar, nos contextos formais, segue a tendência portuguesa. O livro *Por rumos de uma agulha: documentos do ouro do século XVIII*, organizado por Megale *et. al.* (2015), contém diversos documentos brasileiros que datam dos anos 1700, em linguagem original. Em um dos documentos (1719), o Juiz Matias da Silva reclama com o rei dos maus tratos dispensados por frades para com seu escrivão. Os fragmentos a seguir dão conta de exemplificar se o emprego da preposição *a* diante das circunstâncias de lugar nos contextos formais do português do Brasil reproduzem a tendência observada até agora em Portugal:

“[...] e aos despois se abaixou ao cham [...]”

(MEGALE *et. al.*, 2015, p. 97)

“[...] no outro dia Domingo do Espírito Santo indo eu a missa”

(MEGALE *et. al.*, 2015, p. 97)

No primeiro fragmento, a forma verbal *abaixou* (verbo *abaixar*) conecta-se à sua circunstância de lugar (*cham*) pela preposição *a*, exprimindo noção de movimento. Indicando a mesma noção, o conectivo aparece no segundo exemplo ligando a forma verbal *indo* (verbo *ir*) à sua circunstância de lugar (*missa*). Confirma-se, portanto, vide os exemplos, o uso de *a* para noções dinâmicas, não ocorrendo neste documento nem em outros pesquisados³⁸ a preposição *em* nesse contexto.

Utilizando outro documento, o *Testamento de Mariana de Freitas* (1709), mulher natural do estado de São Paulo, foram observados os empregos da preposição *em*:

“Meu corpo será sepultado no convento de Santa Clara desta villa de Taubaté
[...]”

(MEGALE *et. al.*, 2015, p.69)

³⁸ Cf. Megale *et. al.* (2015).

“Declaro que, na paragem chamada Itanhi tenho hūs Sobeijos de terra”
(MEGALE *et. al.*, 2015, p.71)

No primeiro trecho, a locução verbal *será sepultado* (verbos *ser* e *sepultar*) une-se à sua circunstância de lugar (*convento*) pela preposição *em*. No segundo, a mesma preposição une a forma verbal *tenho* (verbo *ter*) à sua circunstância de lugar (*paragem*). Observa-se, portanto, a reprodução do uso da preposição para noções estáticas. *Em* passa a não mais ocorrer com os verbos *ir*, *chegar*, por exemplo, para indicar movimento, como era comumente observável no português arcaico. É importante ressaltar que, nos documentos, não há flexibilização nos usos, o que confirma que esses empregos assumiram um padrão de utilização no contexto formal da língua, padrão este que já estaria de acordo com o exigido pela norma atual, segundo Bechara (2009), Cunha e Cintra (2013) e Rocha Lima (2011)³⁹.

Reiterando a hipótese já apresentada anteriormente, é possível que as forças homogeneizadora e de equilíbrio do sistema da língua, comentadas por Mattos e Silva (2008) e Carneira (2006), que já vinham atuando na transição para o português moderno, tenham alcançado os seus objetivos de evitar redundâncias e irregularidades, já que, além do que foi observado nos registros do século XVIII, no século seguinte, XIX, os usos das preposições *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar continuam a obedecer o mesmo padrão, como se pode notar por meio dos seguintes trechos de documentos de um livro de ofícios de 1860, do legislativo paulista, tratando da demarcação das fronteiras do estado:

“[...] enquanto o dito Barqueiro levava um filho doente a caça de Bento Antonio” (SÃO PAULO, 1860, p. 827).

"Porquanto em primeiro logar teve a notar, que devendo ir ao logar, a Camara de Jacuhy [...]" (SÃO PAULO, 1860, p. 833).

No primeiro exemplo, *a* é utilizada para conectar a forma verbal *levava* (verbo *levar*) à sua circunstância de lugar (*caça*). Já no segundo, a mesma preposição é utilizada pra ligar o verbo *ir* no infinitivo à sua circunstância de lugar (*logar*). Por meio dos usos de *a* nos fragmentos, pode-se notar que a preposição se cristaliza como

³⁹ Ver seção 2.2.

apropriada aos contextos de extensão do movimento, estando, como já vem sendo observado desde o português do final do século XV (salvo o caso do advérbio *onde* naquele mesmo século), já em consonância com a regra atual, segundo Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2013)⁴⁰.

A respeito do emprego da preposição *em*, podem-se observar os seguintes exemplos:

“passo ás mãos de V. Ex., nas copias inclusas, o que há a respeito da questão dos limites reconhecidos entre esta e essa Provincia”.

(SÃO PAULO, 1860, p. 831)

“aos membros da commissão desta Camara enviados a pedido do mesmo Engenheiro para conferenciarem com ele depois de ultimados os seus trabalhos exploratórios na Fazenda do Campo Redondo”.

(SÃO PAULO, 1860, p. 831)

No primeiro trecho, a forma verbal *passo* (verbo *passar*) está conectada à sua circunstância de lugar (copias) por meio da preposição *em*. Já no segundo exemplo, o sintagma nominal *trabalhos exploratórios* está ligado ao seu adjunto adverbial de lugar (Fazenda Campo Redondo) pela preposição *em*. Em ambos os casos, o conectivo está empregado em contextos que exprimem lugar estático, estando, assim, como os exemplos com a preposição *a*, afinados com a regra atual. Contudo, mesmo que os usos acima sejam predominantes e confirmem a tendência daquelas ocorrências, encontrou-se, ainda, o emprego da preposição *em* em uma expressão que possui ideia de movimento:

O procedimento do referido Engenheiro, desde que chegou no lugar questionado (SÃO PAULO, 1860, p. 832)

No fragmento acima, percebe-se a forma verbal *chegou* (verbo *chegar*) conectada à sua circunstância de lugar (*lugar*) pela preposição *em*. Como foi o único exemplo do tipo encontrado no texto de século XIX, acredita-se que se está diante de um caso isolado, de uma inadequação que, grosso modo, não transmite a

⁴⁰ Ver seção 2.2.

tendência do uso padrão da época. Todavia, ainda que seja um único exemplo, serve para se notar que, mesmo diante da cristalização da tendência da preposição *a* nesses casos, é possível encontrar inadequações que remontam ao uso latino e arcaico da preposição diante de circunstâncias de lugar. Sem os estudos de Linguística Histórica não seria possível entender, por exemplo, a origem de fenômenos como esse, pois se se desconhece que a preposição *em* já foi comumente utilizada para exprimir noções dinâmicas, igualando-se a *a* e *para*, tal impropriedade não passaria de um desvio como outro qualquer, sem fundamentos, sem causas. Observando este caso, vê-se a aplicabilidade da ideia de Lehman (1992) de que as variações linguísticas demandam investigações históricas já que suas causas nem sempre são óbvias e que cabe ao pesquisador da área, segundo Mattos e Silva (2008), interpretar essas mudanças.

Nessa mesma perspectiva de entendimento é que os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) pontuam como indispensável trabalhar com o estudante essa ideia de mobilidade da língua, de sua construção histórica, dos seus diversos registros, pois essa abordagem colabora para formar no aluno o tão comentado espírito crítico que, ainda segundo os PCN (2000), não admite dados absolutos, indiscutíveis, como tem sido, segundo Ilari (1992), a forma com que grande parte dos professores de português tem trabalhado em suas salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo diacrônico de cunho bibliográfico, analisou-se o comportamento das preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar desde o latim vulgar até o português moderno. Já que se trata de um estudo que investiga o desenrolar de um determinado fenômeno linguístico através dos tempos, insere-se na seara da Linguística Histórica e, por isso, inicia com uma breve recuperação histórica da disciplina, explicitando de forma sucinta suas diversas correntes de pensamento, bem como seus principais autores que, muitas vezes, têm visões divergentes, o que garante o pluralismo científico característico desse campo de estudo.

Após a exposição sobre a área da ciência da linguagem que estuda as variações linguísticas através dos tempos e seu respectivo processo de mudança, o trabalho se propôs a abordar a própria variação, a partir de diferentes visões acerca de suas causas, origens e, posteriormente, sobre a dificuldade que elas têm para que se cristalizem como mudança linguística, haja vista a resistência do sistema da língua em assimilar mudanças. Por causa dessa resistência, uma variação pode levar séculos ocorrendo nos registros mais incultos, sem conseguir penetrar nos padrões normativos.

Apresentadas todas as questões relativas às formas de estudo dessas variações, das influências que nelas resultam e da morosidade em serem assimiladas (quando o são), a pesquisa encontrou condições adequadas para lançar um olhar específico sobre a diacronia das preposições *a* e *em*, introduzindo-o com discussões sobre o comportamento dessas preposições no latim vulgar, envolvendo tanto suas transformações morfológicas quanto os seus empregos diante de circunstâncias de lugar.

Buscou-se, a partir disso, já apresentar a visão da norma gramatical atual sobre o assunto, já que, para fins de comparação do uso corrente das preposições com os usos em outros momentos da história, seria necessário recorrer a essas regras no decorrer de toda a escrita. No primeiro cotejo, entre a regra atual e o latim vulgar, constatou-se uma disparidade no emprego das preposições *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar, já que a regra corrente reserva, de modo geral, à preposição *em*, nesses casos, o emprego em relação a noções estáticas ou de

sucessão, contiguidade, e à preposição *a* as ideias de movimento, aproximação, enquanto que, no latim, elas se alternavam nesses usos.

Ao se analisarem os contextos flexíveis do português arcaico, por conta da inexistência de normatizações, demonstrou-se que as mesmas alternâncias nos usos das preposições identificadas no latim vulgar continuaram a ocorrer no início desse estágio da língua, mas evoluindo naturalmente, já que ,na época ,ainda não havia normatização para os usos previstos na regra atual, sendo comprovados esses dados por meio de textos literários das fases inicial e final do português arcaico.

No português moderno, quando a língua já se mostrava consolidada por sua primeira gramática e por seu *status* de língua de uma nação, as heterogeneidades presentes nos contextos formais foram desaparecendo pela força do sistema que visa a garantir equilíbrio e regularidade a si próprio. Nesse sentido, as preposições *a* e *em* diante de circunstâncias de lugar, no registro formal, comportavam-se tal qual prevê a norma atual.

Quando aporta no Brasil, o português é embebido de numerosas influências, contudo os contextos formais reproduzem o padrão europeu e, no comportamento das preposições *a* e *em* diante das circunstâncias de lugar, não é diferente. Todavia, ainda que isoladamente, foi encontrada uma impropriedade alusiva aos usos comuns do latim vulgar e do português arcaico, o que demonstra o poder que os ecos da história têm de ressoarem pelos séculos.

Fato é que a língua muda, tanto em seus registros coloquiais quanto em seu registro formal. Por meio deste estudo, foi possível entender que, mesmo que haja resistência e morosidade, a mudança também é um dos mecanismos que garantem o bom funcionamento do sistema da língua e a importância de entender a língua como um processo criativo que se estende pela história. Lançar-se sobre esse percurso, liberta do ensino pautado no império da norma e conduz a uma forma de ensinar que explore a versatilidade, a mutabilidade e a riqueza da língua portuguesa, abrindo a mente dos estudantes à criticidade e colocando-os em um ambiente de sala de aula onde o legalismo não iniba seus potenciais, mas em que a visão holística da dinâmica linguística seja instrumento aperfeiçoador de seus discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Gramática histórica: do latim ao português brasileiro**. Brasília: UNB, 2007.

BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**, V. 2. São Paulo: EDUSP, 2010.

BECHARA. Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Parte II. Linguagens, Código e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

CART, A.; GRIMAL, P.; LAMAISSON, J.; e NOVILLE, R. **Gramática latina**. São Paulo: EDUSP, 1986.

CASTRO, Ivo de. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Casa de Antonio Gonçalves Impressor, 1572. Disponível em: <http://purl.pt/1/4/cam-3-p_PDF/cam-3-p_PDF_24-C-R0150/cam-3-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

CARDEIRA, Esperança. **O essencial sobre a história do português**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349353941/CARDEIRA-Esperanca-O-essencial-sobre-a-historia-do-portugues-pdf#>>. Acesso em: 03 out. 2017.

CARLINDRO, Ana Regina Vaz. **Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro**. *Linguística* vol.31, no. 2, p. 61-72, Montevideo 2015. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2015000200005> Acesso em: 03 out. 2017.

CASTILHO, Ataliba de. **Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/ ~ /posterior/**. In: RAMOS, Jânia M. e ALKMIN, Mônica A. **Para a história do português brasileiro**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. Disponível em: < <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Para%20a%20Hist%C3%B3ria%20do%20Portugu%C3%AAs%20Brasileiro%20V%20-%20Estudos%20sobre%20Mundan%C3%A7a%20Lingu%C3%ADstica%20e%20Hist%C3%B3ria%20Social.pdf?>> Acesso em 18 out. 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo das línguas. São Paulo: Parábola, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359853/mod_resource/content/1/FARACO%2C%20Carlos%20Alberto%20-%20Lingu%C3%ADstica%20Hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

FARIA, Ernesto. **Gramática Superior da Língua Latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FREITAS, Mariana de. **Testamento de Mariana de Freitas**. In: MEGALE, Heitor *et al.* (orgs.). **Por rumos da agulha**: documentos do ouro do Século XVIII, V. 7. São Carlos: Cubo, 2015.

FONSECA, Orlando e MORAIS, Domingos de Vilhena. **Língua Latina: Gramática**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Pôrto Alegre, 1942.

HEYE, Jürgen; VANDRESEN, Paulino. Línguas em contato. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* (orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2011.

JEFFERS, Robert; LEHISTE, Ilse. Explanation in linguistic change: the Case of sound change. In: JEFFERS, Robert; LEHISTE, Ilse (orgs.). **Principles and Methods for Historical Linguistics**. 5. ed. Cambridge, MASS, Londres (Inglaterra): The MIT Press, 1992.

LEHMANN, Winfred Philip. **Historical Linguistics**: an Introduction. 3. ed. New York & London: Routledge, 1992.

MAIA, Clarinda. **Linguística histórica e filológica**. In: LOBO, Tânia *et al.* (orgs.). **Rosae**: Linguística Histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: UFBA: 2012.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto; 2006.

MEILLET, Antoine. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. 2. ed. Paris: Librairie Hachette: 1931. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k935298p/f15.image>>. Acesso em 02 out. 2017.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica do português**: fonética e morfologia. 7. ed. Lisboa: Livraria Editora Clássica, 1969.

OLIVEIRA, Fernando. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/document/357137051/res-274-v-0000-capacapa-t24-C-R0150-pdf>> . Acesso em 03 out. 2017.

PAIVA, Conceição A. de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. *In*: WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial: 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. *In*: NUNES, José Horta; PFEIFFER, Claudia (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento**. Campinas, Pontes: 2006. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/b/b8/PAIXAODESOUSA_MC-2006a.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

PERINI SANTOS, Pedro. **Análise cognitiva da preposição de do português do Brasil**. DELTA [online]. 2011, vol.27, n.1, p.37-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502011000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 03 out. 2017.

PUGLISI, Marina Leite; BEFI-LOPES, Debora Maria e TAKIUCHI, Noemi. **Utilização e compreensão de preposições por crianças com distúrbio específico de linguagem**. Pró-Fono R. Atual. Cient. [online]. 2005, vol.17, n.3, p.331-344. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-56872005000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 out. 2017.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, Celeste. Variação Sociolinguística. *In*: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (orgs.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlim/Boston: De Gruyter. 2016.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica historica da lingua portugueza**. 2. ed. São Paulo: Proprietária, 1931.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mattias da. **Treslado do Auto que mandou fazer o Doutor Mattias da Silva**. *In*: MEGALE, Heitor *et. al.* (orgs.). **Por rumos da agulha: documentos do ouro do Século XVIII**, V. 7. São Carlos: Cubo, 2015.

SILVA, Kléber Aparecido da; PILATI, Eloísa e DIAS, Juliana de Freitas **O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 10, n. 4, p. 975-994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n4/a08v10n4>>. Acesso em: 26 set. 2017.

TELLES, Gilberto Mendonça. **Língua.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/literatura/analise-da-poesia-lingua/>> Acesso em : 02 out. 2017

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa.** Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VICENTE, Gil. **Auto da barca do inferno.** Porto: Porto editora, 2015. Disponível em: <<http://www.cm-sjm.pt/files/19/19501.pdf>>. Acesso em 03 out. 2017.

WEEDWOOD, Barbara. **Historia concisa da lingüística.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WIEDEMER, Marcos Luiz. **Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro.** 2013. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto.